

Carta de amor à urna eletrônica



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Parnarama, compraram retratos do Piauí e, esgotadas as possibilidades de criação de nomes de eleitores fantasmas, resolveram inventar uma família Kodak, o que foi motivo de muita chacota. Apareceram ali “membros da família” da marca da máquina de retrato, Kodak. Então: João Kodak, Maria Kodak, Joaquim Kodak. Eram tantos Kodaks que se pensou em levá-los para se habilitarem como herdeiros dessa grande indústria de máquinas de retrato!

No Parlamento, defendi o projeto de lei de modernização do alistamento eleitoral e a criação do Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, tendo como exemplo o Alistamento Militar que já existia, destinado a sanar essa válvula de fraude que engordava o eleitorado fantasma.

Em 1989, quando fui presidente da República, com o ministro Néri da Silveira como presidente do TSE, incentivei-o a deflagrar um processo de informatização: ele começou esse trabalho e entregou-me o primeiro título eleitoral, que era igual a um cartão de crédito. Era um grande avanço e o pontapé que nos levaria à urna eletrônica. Esse projeto de urna eletrônica como meta final teve um grande avanço na presidência do ministro Carlos Velloso, que sucedeu ao ministro Néri da Silveira. A primeira utilização de urna eletrônica, com o título já digitalizado, ocorreu em 1996. Naquele ano, como experiência, mais de 50 municípios (com mais de 200 mil eleitores) já votaram nesse método. A utilização de urnas eletrônicas em 100% dos municípios brasileiros ocorreu em 2000.

Desde então, a urna eletrônica consolidou sua presença e conquistou grande prestígio. Ela passou a assegurar eleições limpas e transparentes, simplificando grandemente o processo eleitoral. A apuração — que no velho sistema consumia muitos dias — passou a levar somente algumas horas. Desse modo, às 10h da noite do dia do pleito, todo o Brasil já conhece o resultado das eleições — chorando os derrotados e soltando foguetes os vencedores.

A urna eletrônica é um instrumento de cidadania e liberdade: quando o eleitor está na cabine, só ele e aquela pequena máquina, sem a presença do cabo eleitoral e a pressão de coronéis, ele é o único dono de sua vontade.

Somente pude ser governador do Maranhão

porque o presidente Castelo Branco, por solicitação nossa, apoiou a ideia de que, antes da eleição, o TSE e o Tribunal Regional Eleitoral do estado fizessem uma revisão do eleitorado, numa comissão presidida por um ministro do TSE, garantindo a presença da Força Federal. Dessa forma, eliminaram-se 200 mil eleitores fantasmas, que votavam fraudulentamente e nem eram apurados, apenas somados aos mapas — único lugar em que esses eleitores viviam.

Então, pintaram no muro do cemitério de São Luís, em 1965, no dia da minha eleição para governador:

“Agradecemos ao TSE não termos de votar hoje. Agora descansamos em paz! Assinado: os mortos.”

Feita a eleição para governador, derrotei os candidatos do governo do estado por uma larga margem de votos, constituindo o passo definitivo para a libertação do Maranhão de eleições fraudadas.

A urna sempre fez parte da minha carreira política, pois foi ela que me deu todos os cargos que ocupei, expressando a vontade do povo do Maranhão, do Amapá e do Brasil.

Apesar de ter a maioria esmagadora das pessoas como amigos, a urna eletrônica sempre teve inimigos. Contra ela, Brizola, o maior deles, que desejava o sistema anterior e voto impresso, e depois o ex-presidente Bolsonaro.

Hoje, a urna eletrônica é um exemplo mundial. Eu e quase a totalidade do mundo político só temos louvores para ela. Agora, mais velho, posso dizer que ela nos poupou de muitas mazelas que vivi e presenciei antes dela. Nas velhas urnas, de pano e de madeira, sempre havia denúncia de terem sido “emprenhadas”. A urna eletrônica continua virgem: ninguém maculou sua pureza.

Em 13 de maio deste ano, a urna eletrônica completou 30 anos. Os técnicos que compareceram ao TSE para certificarem sua integridade saíram de mãos vazias, o que se mostrou ser uma grande conquista da democracia e da liberdade.

Parabéns ao presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, pela sua defesa da urna eletrônica e pelas ideias do seu programa. Eu me congratulo com vossa excelência porque fui um dos lutadores pela modernização do processo eleitoral.

Minha urna, meu amor. Viva!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.dj@abr.com.br



Entre gráficos e relógios

A proposta de redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, acompanhada da revisão gradual da escala 6x1, voltou ao centro das discussões econômicas e legislativas no Brasil. A matéria mobiliza análises de entidades empresariais, centros de pesquisa econômica e organismos técnicos, que têm concentrado suas avaliações em três eixos principais: impacto sobre custos trabalhistas, efeitos sobre produtividade e capacidade de absorção da medida pelo atual cenário macroeconômico.

Em um contexto de desaceleração econômica e de restrições fiscais, os dados do Banco Central indicam que a dívida bruta do governo geral encerrou 2025 próxima de 79% do Produto Interno Bruto (PIB), com projeções de elevação para patamares superiores a 83% em 2026. O déficit nominal ultrapassou R\$ 1 trilhão no mesmo período, enquanto os gastos com juros se aproximaram desse mesmo montante. A taxa Selic foi mantida em 15% ao ano, o maior nível registrado em quase duas décadas.

Estudos de entidades representativas do setor produtivo apontam estimativas de aumento expressivo nos custos operacionais. Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta impacto adicional entre R\$ 178 bilhões e R\$ 267 bilhões anuais sobre a folha de pagamentos com a redução para 40 horas semanais. Segundo a entidade, o custo unitário do trabalho apresentaria elevação em diferentes segmentos produtivos. Na indústria de transformação, a estimativa de aumento chega a 11,6%. Na construção civil, o percentual projetado alcança 13,2%.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, com base em dados da *Relação Anual de Informações Sociais*, estimou impacto adicional de R\$ 158 bilhões ao ano. O levantamento indica que micro e pequenas empresas concentram parte significativa da exposição a esses custos. Segundo o Sebrae, esse segmento responde por mais de 50% dos empregos formais no país.

Análises produzidas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas projetam efeitos macroeconômicos adicionais. De acordo com o FGV IBRE, a redução da jornada para 40 horas poderia representar retração equivalente a 2,6% da renda agregada da economia. Em cenário hipotético de redução para 36 horas, a estimativa alcança 7,4% do PIB. A produtividade aparece como variável central nesse debate. Dados compilados pelo FGV IBRE indicam crescimento médio da produtividade do trabalho de aproximadamente 0,5% ao ano entre 1981 e 2024. Nos últimos cinco anos, a média desacelerou para cerca de 0,3%.

Comparações internacionais indicam que países com jornadas médias inferiores apresentam, em geral, níveis mais elevados de produtividade, maior intensidade tecnológica e maior investimento em inovação. Na Alemanha e na Dinamarca, por exemplo, jornadas médias menores coexistem com produtividade por hora significativamente superior à brasileira. No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta jornada média efetiva próxima de 39 horas semanais, índice ligeiramente inferior à média global de 39,9 horas. Esse dado tem levado parte dos estudos a concentrar atenção em fatores estruturais de eficiência econômica. Relatórios do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destacam entre os principais entraves brasileiros a elevada complexidade tributária, o custo do crédito, limitações logísticas, baixa taxa de investimento e entraves regulatórios.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou ao Brasil o fortalecimento de marcos fiscais de médio prazo. O Tribunal de Contas da União (TCU) também tem publicado alertas relacionados à trajetória da dívida pública e à necessidade de consistência fiscal. A proposta de redução da jornada segue em discussão legislativa.

As análises técnicas produzidas até o momento indicam que seus efeitos estão diretamente relacionados à interação entre custo do trabalho, produtividade e condições macroeconômicas vigentes. Por um lado, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que os impactos financeiros “já foram, de certa forma, absorvidos ao longo dos anos”, ao defender a transição para o modelo 5x2. Já o presidente da CNI, Ricardo Alban, declarou que, “sem aumento significativo na produtividade, não é possível pensar em redução da jornada.” Em meio a esse cenário, propor novos choques de custo ao setor produtivo é uma opção ao palanque em detrimento do país.

A frase que foi pronunciada:

Se o partido é do trabalhador, por que não trabalhar?

Dona Dita

História de Brasília

O leite do FISI que foi para o Ceará continua no depósito da Alfândega. Quando passarem as eleições e os políticos chegarem a uma “solução honrosa”, muita criança já terá morrido e o leite já estará perdido. (Publicada em 18/5/1962)

Com a maior felicidade assisti ao discurso do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, com o elogio da urna eletrônica, vinculando sua existência, ao longo do processo de informatização das eleições, ao fortalecimento da democracia, com a consolidação da pureza dos escrutínios eleitorais.

Eu, por conta da bondade de Deus, que me assegurou vida longa, e da minha carreira política, que marcou o meu destino, acompanhei todo esse processo de informatização e, muitas vezes, ajudei a modificar a legislação eleitoral: no princípio, muito participei da advocacia eleitoral, quer como advogado, quer como delegado de partido.

Comecei como candidato a deputado federal, em 1954, com as cédulas retangulares de papel, nas quais estava escrito o nome do candidato e o cargo a que pleiteava. Depois, participei de eleições já com a cédula eleitoral distribuída pelos partidos, com um pequeno quadrado no qual o eleitor escolhia o seu candidato, cujos nomes figuravam na respectiva cédula.

As críticas a essa cédula eram muito fortes, pois possibilitavam muitas distorções e fraudes. Então, nós, da UDN (União Democrática Nacional), partido ao qual pertencia, com parlamentares de outros partidos, lutamos pela chamada cédula oficial, que nada mais era do que a cédula anterior, mas feita pela Justiça Eleitoral, por ela distribuída e entregue na seção receptora.

Mas o grande problema ainda era o da obtenção do Título Eleitoral, feito por iniciativa de candidatos e cabos eleitorais, que também providenciavam um retrato para os eleitores, um processo com alto custo. Basta ver que retratos de outros estados eram comprados para serem usados em títulos fantasmas, formando o resultado das eleições.

Lembro que, no Maranhão, no município de

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Quando a corrupção sangra a democracia



» MARIA FÁTIMA SOUSA
Professora titular do
Departamento de Saúde Coletiva
e ex-superintendente do Hospital
Universitário da Universidade de
Brasília (HUB)

compensar a fragilidade do Estado, a população depende de políticas públicas íntegras. E, quando o dinheiro público é apropriado por poucos, a miséria social se aprofunda. Sobre esse tema, Pierre Bourdieu nos orienta que a exclusão não nasce apenas da ausência de renda, mas também da experiência cotidiana de abandono, invisibilidade e perda de reconhecimento. Logo, a corrupção produz um tipo de sofrimento social que retira dos cidadãos não só recursos, mas também a certeza de que pertencem a uma comunidade política que os considera dignos.

Michael Sandel também nos convida a pensar a vida pública além de interesses individuais e cálculos utilitários, recolocando o debate da virtude cívica, a responsabilidade coletiva e o bem comum. Para ele, a corrupção é a negação desse horizonte que transforma o mandato em negócio, o cargo em privilégio, a função pública em instrumento de ganho privado, e, ao fazê-lo, corrói a noção de que governar é exercer uma responsabilidade moral perante os outros.

Quando a corrupção avança, a política perde credibilidade e força, disseminando a descrença e a falsa narrativa de que toda atividade política é suspeita, e esse é um dos seus efeitos mais perversos, quando agentes públicos sérios, comprometidos com a legalidade e com o interesse social, são lançados na mesma vala comum da opinião pública. Estou falando do ápice daqueles que desejam enfraquecer a política como espaço legítimo de mediação democrática e do exercício “do poder que emana do povo” e em seu nome será exercido, como dita o artigo 1º da Constituição Federal.

Desqualificar a política como se toda representação fosse corrompida abre caminho para soluções autoritárias mascaradas de moralização. A história recente nos traz discursos usados para atacar partidos, parlamentos, imprensa, tribunais e movimentos

sociais, convertendo a justa crítica aos desvios em descrédito das instituições e da vida democrática. A indignação contra a corrupção é legítima, mas sua instrumentalização para rui a democracia, não, pois não há democracia sem política.

Grave tanto quanto o desvio de recursos é o enfraquecimento das instituições democráticas de direito. Quando práticas corruptas se repetem, a impunidade é tida como regra; quando a lei parece alcançar alguns e poupar outros, as instituições sangram em praça pública. Perdem autoridade, deixam de inspirar confiança e passam a ser vistas como incapazes de proteger o coletivo. Assim, prosperam o ressentimento, a radicalização, a desinformação e a desconfiança.

Prevenir e combater a corrupção exige mais do que punir culpados, exige proteger a República. Para isso, requer instituições de controle independentes, transparência ativa, imprensa livre, participação social, educação cidadã e compromisso com a legalidade. Exige ainda que o combate à corrupção não seja seletivo ou submetido a conveniências eleitorais. A ética pública não pode ser bandeira ocasional, mas, sim, inegociável na vida política, onde o clientelismo, o fisiologismo, a troca de favores, o uso privado da máquina pública, a distribuição de benefícios em detrimento de projetos coletivos não sobrevivam.

Precisamos educar as novas gerações de que a coisa pública não pertence a governos, partidos ou grupos de poder. O Brasil não pode aceitar a corrupção como inevitável, nem permitir que a indignação ética seja capturada por projetos que desprezam a democracia. A corrupção rouba o orçamento, oportunidades e a dignidade. Faz o povo pagar a conta, rebaixa a política, confunde os honestos com os desonestos e expõe as instituições à humilhação. Enfrentá-la, não é apenas uma agenda moral, é uma exigência democrática, social e civilizatória.

A corrupção não é um crime contra o patrimônio público, mas uma violência contra a democracia, pois desvia recursos, compromete políticas públicas, amplia desigualdades e rompe a confiança que sustenta a vida republicana. Quando se torna prática tolerada ou banalizada, não corrói somente governos, corrói a ideia de que a política pode servir ao bem comum.

Democracias não morrem de uma vez, afirmam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt; se enfraquecem aos poucos, por dentro, quando normas éticas são relativizadas, instituições desacreditadas e a sociedade naturaliza desvios que deveriam nos indignar. A corrupção enfraquece a confiança coletiva, alimenta o cinismo e faz crescer a percepção de que o Estado foi capturado por interesses pessoais.

Seu maior efeito é a redução do orçamento que deveria financiar direitos, pois cada recurso desviado representa menos atendimento na saúde, menos vagas na educação, insegurança nos territórios, déficit na infraestrutura e na ciência, menos proteção social — portanto, não se trata de uma abstração contábil. A corrupção se traduz na fila que não anda, no remédio que falta, na escola precarizada, na estrada interrompida, no serviço público que deixa de alcançar quem mais precisa.

É o povo quem paga a conta, pois, enquanto os mais ricos compram soluções privadas para